

Tutela Jurídica do Patrimônio Cultural Brasileiro

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/16



Motauri Ciocchetti de Souza Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)  <https://orcid.org/0000-0002-2032-493X>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/15.mcs>

Palavras-chave: Patrimônio cultural brasileiro, Tutela constitucional, Instrumentos de proteção, Tombamento

Resumo

O patrimônio cultural é bem difuso, inerente a todo grupamento social, desde os mais rudimentares até os mais complexos. Importa em valores de identidade e de princípios comuns, que ensejam o surgimento e a manutenção de espaços de convivência coletivos. Como tal, é protegido pela Constituição da República de 1988, que traceja, desde logo, instrumentos administrativos tendentes à sua proteção. Dentre tais mecanismos, destaca-se sobremaneira o tombamento, mormente tendo em conta a sua exclusiva vocação de instrumento voltado à tutela dos bens e valores portadores de referência cultural. Daí o presente texto, que almeja estudar o instituto do tombamento, traçando suas origens e seus princípios, tais como postos no ordenamento jurídico pátrio.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Motauri Ciocchetti de Souza, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

Possui graduação em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), mestrado em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e doutorado em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (desde 1988). Professor assistente doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor nos cursos de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (núcleo de Direitos Humanos). Professor autônomo nos cursos de especialização da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e da PUC/SP. Membro e Secretário do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo

(2014/2015). Vice Corregedor-Geral do Ministério Público (2019/2020). Integrou o Conselho Diretor do IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor (2009/2013). e-mail: motauri@uol.com.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2032-493X>

Referências

CARVALHO Filho, José dos Santos. Ação civil pública: comentário por artigos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Disciplina urbanística da propriedade. São Paulo: RT, 1980.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2004.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Ação civil pública e tombamento. São Paulo: RT, 1986.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública. São Paulo: RT, 1996.

MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo. São Paulo: Saraiva, 1995.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança e ação popular. São Paulo: Malheiros, 1994.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2004.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente. São Paulo: RT, 2005.

MUKAI, Toshio. Direito e legislação urbanística no Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 1996.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Tombamento: instrumento de defesa do patrimônio cultural. In: Ação civil pública — Lei 7.347/85: reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação. São Paulo: RT, 1995.

SOUZA, Motauri Ciocchetti. Interesses Difusos em Espécie. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA, Motauri Ciocchetti. Direito Educacional. São Paulo: Verbatim, 2010.

SOUZA, Motauri Ciocchetti. Ação Civil Pública e Inquérito Civil. São Paulo: Saraiva, 2017.

TELLES, Antonio Augusto Queiroz. Tombamento e seu regime jurídico. São Paulo: RT, 1992.

ISSN 2526-8120

15 | RDAI

outubro / dezembro 2020

REVISTA DE

DIREITO

ADMINISTRATIVO E

INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

[PDF](#)

Publicado

2020-11-19

Edição

v. 4 n. 15 (2020)

Seção

Artigos

Copyright (c) 2020 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.